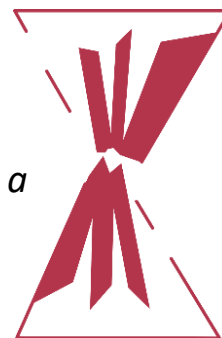


Genealogia do Preconceito: Desvendando o Elitismo Racista a partir da obra de DeSousa Filho



DOMINGOS, Leonardo*

 <https://orcid.org/0000-0003-3926-4321>

Filho, Alipio DeSouza. O Menosprezo ao Brasil Mestiço e Popular: Genealogia do elitismo racista na sociedade brasileira. Intermeios. São Paulo. 160 p. 2024.

Recebido em: 01/08/2025

Aprovado em: 19/12/2025

A obra apresenta a tese de que o racismo no Brasil é composto por uma relação entre classe e raça, que assume a forma ideológica do repúdio às misturas, ou seja, às miscigenações. De uma escrita clara e leitura fluida, a obra apresenta, de forma atualizada, o resultado da pesquisa de doutorado elaborada pelo autor, sob orientação do sociólogo Michel Maffesoli. Alípio de Souza Filho é professor da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e possui obras e artigos em temas de filosofia social e política, estudos de gênero, sexualidade e raça. Ele escreve sobre ideologia (entendida como ideias que ocultam os fundamentos das instituições e promovem dominação) e crítica da ideologia, com foco na análise do punitivismo e na oposição a biologizações e naturalizações do ser humano.

* Mestre e Doutorando em filosofia pelo PPGFIL-UFRN; Natal - RN. Bacharel em Ciências Sociais pela UFRN. Bolsista Capes DS. Email:leonardexistimans@live.com.



O livro exercita uma análise das práticas sociais que condicionam a semântica de frases e práticas cotidianas carregadas de preconceito, mas não se trata de uma análise da linguagem. Ao contrário, a maior parte da obra mostra a relação entre o discurso do colonizador com as práticas existentes no território, correlacionando-os com a tradição europeia de separar, esquadrinhar os espaços. O primeiro capítulo – “Um mal estar ronda o Brasil: uma breve introdução” – introduz a temática da obra ao leitor e traz definições gerais que serão aprofundadas nos próximos capítulos. Já o segundo – “Arqueologia do discurso (do) colonizador: as representações depreciativas das mestiçagens, do mestiço e do popular na história brasileira” – constrói uma genealogia do discurso, elaborando uma análise das formas de consciência e representações depreciativas reconhece um fundo material/econômico no:

[...] discurso colonialista [que] não pode ser compreendido sem suas relações com o que se passava nos séculos XVI ao século XIX, período dominado pelo mercantilismo, nascimento do Estado moderno, e desenvolvimento do capitalismo em fins do século XVIII e início do XIX, e suas demandas por “corpos”, “sujeitos”, como força de trabalho, meios de produção (Filho, 2014, p. 47).

Ao final do capítulo somos convidados a refletir que o discurso sobre o Brasil Colônia e Império condenavam à escravidão menos pelo reconhecimento da pessoa escravizada como igual e mais pelo repúdio à condição de mistura que a escravidão assumiu no país.

O terceiro capítulo - “O intérprete brasileiro: o ventriloquismo do discurso (do) colonizador” - trata de como visões que desprezavam a falta de separações mais rígidas entre as classes, falta de costumes europeus, marcadores de classe etc., são repetidos por diversos autores clássicos do pensamento nacional, como Joaquim Nabuco, Nina Rodrigues, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Jorge Forbes dentre outros. No seu tratar das análises desses e outros autores, nota-se ausência de uma consideração que diferencie no discurso deles: a) o que é fato; de b) do que foi mera adição explicativa (mal-colocada). Algumas podem ser meras suposições, generalizações apressadas ou até mesmo projeções dos próprios preconceitos dos autores. Uma análise mais aprofundada requereria um exame cuidadoso das evidências apresentadas, confrontando-as com outras fontes e perspectiva. Seria necessário questionar as premissas e os pressupostos subjacentes às interpretações dos autores, avaliando sua validade e consistência.

Ainda no capítulo 3, o autor, defende que Gilberto Freyre não era adepto da democracia racial, sendo antes um autor propenso a fazer alegorias (Filho, 2014, p. 27). Depois, elabora uma demorada crítica ao elitismo de Sérgio Buarque, entendendo a obra dele como uma resposta intencionada a desmentir o que Gilberto Freyre, supostamente dissera, a saber, que o Brasil encontrou na mestiçagem uma forma de abrandar os males da escravidão.

O quarto capítulo, “O elitismo racista”, faz uso dos elementos dos capítulos anteriormente expostos para analisar a atualidade, a recorrência contemporânea como no repúdio aos farofeiros da praia ou aos rolezinhos nos shoppings, sugerindo que “aqueles que a classe já os fazem pertencer a uma ‘raça’ ou a sua ‘raça’ já os fazem pertencer a uma classe” (Filho, 2014, p. 125), pois a cor é menos um marcador social do que os outros signos (roupas, modos etc). Concordando com Muniz Sodré e Florestan Fernandes, o autor entende que ‘raça’ deixa de ser um marcador essencialmente biológico para se transformar em uma categoria estratégica de dominação, cuja eficácia depende da articulação com os mecanismos de poder e exclusão. Ou seja, o *ethos* burguês é o da distinção, afastamento, separação. O que, enfatiza o autor, é diferente de afirmar que temos um racismo institucional ou estrutural pois, dizer, isso seria sugerir que o Estado tomaria parte na formalização e oficialização do racismo, o que não seria o caso, ainda que as elites encontrem apoio institucional para realizar sua segregação. Apesar disso, o autor denuncia nossas elites como antimodernas, uma vez que negam a democracia.

No último capítulo, “Mestiçagens ou Barbárie”, o autor se apoia em considerações da paleontologia para afirmar que a miscigenação, no que toca ao sexual e genético, sempre esteve presente na espécie, não havendo, pois, nenhuma raça entre nós. Por isso, ele é crítico da própria ideia de fazer movimentos (políticos) “raciais”, ao invés de por direitos – algo que já no início do livro somos informados, quando o autor discorda e denuncia a teoria de que a miscigenação seria uma técnica de extermínio racial (Filho, 2014, p. 24).

Embora a obra apresente virtudes como clareza, fluidez e originalidade na abordagem do racismo brasileiro como um preconceito de classe e raça, algumas questões problemáticas poderiam ser melhor exploradas em uma segunda edição ou volume. Por exemplo, o autor poderia ter abordado a diferença na experiência das mulheres, para as quais a miscigenação também representou violência e exploração sexual. Nesse sentido, um diálogo com Lélia Gonzales (1983) e Angela Davis (2016) enriqueceriam a obra.

O autor também entende que a classe importa mais do que a raça no Brasil e embora não elabore um conceito específico de classe afirma que o racismo atinge inclusive o branco pobre – ilustrando a interseção entre diferentes preconceitos. Mas entendo que essa constatação carece de uma sistematização teórica (por exemplo, estatística) que permita mensurar ou comparar empiricamente a incidência de cada marcador social. Uma definição conceitual mais precisa, com respaldo na tradição sociológica (como a abordagem de Alberto Guerreiro Ramos, 1996), seria imprescindível para evitar o risco de uma generalização indutiva exagerada.

Seria, ainda, importante fortalecer a tese central do livro: “não fosse o mal-estar em relação às mestiçagens que fez nascer o esnobismo de classe de natureza racista [...] não teríamos o odioso racismo que se vê praticado (e dissimulado)” (Filho, 2014, p. 38), tese demasiado forte para a qual as premissas (as evidências apresentadas na obra) não fornecem conclusão necessária. Se fosse verdadeiro que “a invenção das raças e da superioridade racial permitiu aos impérios europeus [...] exercer o domínio sobre povos e culturas, mas sem cuja invenção não poderia ter sucesso no interior de seus próprios territórios” (Filho, 2014, p. 45) então a conclusão se sustentaria; todavia, (no livro) confiando em Achille Mbembe sem estabelecer evidências empíricas detalhadas, a conclusão parece mais uma hipótese assumida pelo autor do que um resultado bem embasado na historiografia e estatísticas. É necessário apresentar exemplos concretos e análises que mostrem como essa “invenção” operou internamente na Europa para garantir a dominação (explorando, por exemplo quais grupos foram racializados dentro da Europa e como isso se relacionou com a estrutura de poder).

Além disso, como última observação crítica, o autor precisa explicar como concilia a tese de que o racismo não tem causa econômica com a ideia, sugerida pela citação de Castoriadis, de que a própria estrutura da sociedade burguesa pode engendrar preconceitos. Para tanto, seria necessário distinguir, desde o início, entre um preconceito genérico (ou mecanismos amplos de “alterização”) e a forma histórica específica do racismo moderno; distinção que não é desenvolvida de modo exaustivo na obra resenhada. O problema aparece com clareza quando o texto afirma que “a gênese do racismo (e nas diversas culturas) não seja de causa econômica” (Filho, 2014, p. 127) e, em seguida, recorre a Castoriadis para sustentar que nenhum indivíduo se constitui sem se opor a um outro (o que funcionaria como explicação para preconceitos). Essa justaposição, talvez contra a intenção do autor, sugere que a própria individuação típica das sociedades burguesas (sociedades que “formam indivíduos”)

envolveria, estruturalmente, a produção de preconceitos contra o outro. A ideia de Castoriadis é relevante, mas exige uma articulação mais cuidadosa: tal como apresentada, a citação parece insinuar que o preconceito é inerente ao processo de formação do indivíduo na sociedade burguesa, e isso torna ainda mais urgente esclarecer o estatuto causal (econômico, político, cultural e psicossocial) do racismo em particular.

Para o leitor que se interesse por uma leitura que dialoga com a crítica histórica e contemporânea das hierarquias sociais no Brasil, o livro oferece um ponto de partida estimulante, convidando à reflexão e ao debate. Por outro lado, para aqueles que esperam uma análise exaustiva dos dados empíricos ou uma abordagem que privilegie exclusivamente a análise linguística, a obra pode não corresponder às expectativas, pois não é finalidade da obra. Ainda assim, não deixo de recomendar a leitura mesmo nesse caso, já que pode fornecer boas pistas para investigações futuras.

Referências

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.